

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha

Alan Cordeiro FAGUNDES¹
Antônio José Lopes ALVES²
Gustavo GONZÁLEZ-CALVO³

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão preliminar sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior. O artigo busca analisar através de pesquisa bibliográfica, qual o cenário da precarização e flexibilização do trabalho docente em Instituições de Ensino Superior, com o fito de proceder a um cotejamento da realidade social de economias capitalistas que, conquanto suas particularidades, podem apresentar similitudes em termos de desenvolvimento das formas do capital: Espanha e Brasil. O trabalho tem a pretensão de demonstrar quais os impactos das novas tecnologias sobre a profissão docente, diante do impacto das inovações tecnológicas e suas implicações no campo produtivo e os desdobramentos das políticas neoliberais no campo da educação superior. Por fim, pretendemos lançar as bases teóricas para a defesa do seguinte argumento: a precarização do trabalho docente está presente nas instituições de ensino superior hoje. O estudo apoia-se nas discussões teóricas de autores nacionais e internacionais como Antunes (2009-2023); Srnicek (2017), Van Doorn (2019-2021); que pesquisam sobre o tema.⁴

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Infoproletários. Uberização do Trabalho.

¹ Mestre em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente na Faculdade de Designer INAP. Pesquisador do NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8248-6048>. E-mail: professoralanfagundes@gmail.com.

² Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social. Pesquisador do NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6365-3514>. E-mail: filosofiaposfae@gmail.com.

³ Doutor em Educação pela Universidade de Valladolid, Espanha. Professor Titular da Universidade de Valladolid (Espanha). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4637-0168>
E-mail: gustavo.gonzalez@uva.es

⁴ Este trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Precarization of teaching work: a shared problem between Brazil and Spain

Alan Cordeiro FAGUNDES
Antônio José Lopes ALVES
Gustavo GONZÁLEZ-CALVO

ABSTRACT

This paper presents a preliminary discussion on the precarization of teaching work in higher education. The article seeks to analyze, through bibliographical research, the scenario of precarization and flexibilization of teaching work in Higher Education Institutions, with the aim of comparing the social reality of capitalist economies that, despite their particularities, may present similarities in terms of the development of forms of capital: Spain and Brazil. The aim of this work is to demonstrate the impact of new technologies on the teaching profession, given the impact of technological innovations and their implications in the field of production and the consequences of neoliberal policies in the field of higher education. Finally, we intend to lay the theoretical foundations for defending the following argument: the precarization of teaching work is present in higher education institutions today. The study is based on the theoretical discussions of national and international authors such as Antunes (2009-2023); Srnicek (2017), Van Doorn (2019-2021); who research on the subject.

KEYWORDS: Infoproletarians. Uberization of Work. University education.

Precarización del trabajo docente: un problema compartido entre Brasil y España

Alan Cordeiro FAGUNDES
Antônio José Lopes ALVES
Gustavo GONZÁLEZ-CALVO

RESUMEN

Este trabajo presenta una discusión preliminar sobre la precarización del trabajo docente en la enseñanza superior. El artículo busca analizar, a través de la investigación bibliográfica, el escenario de precarización y flexibilización del trabajo docente en las Instituciones de Educación Superior, con el objetivo de comparar la realidad social de economías capitalistas que, a pesar de sus particularidades, pueden presentar similitudes en cuanto al desarrollo de formas de capital: España y Brasil. El objetivo de este trabajo es demostrar el impacto de las nuevas tecnologías en la profesión docente, dado el impacto de las innovaciones tecnológicas y sus implicaciones en el campo de la producción y las consecuencias de las políticas neoliberales en el ámbito de la enseñanza superior. Por último, pretendemos sentar las bases teóricas para defender el siguiente argumento: la precariedad del trabajo docente está presente hoy en las instituciones de enseñanza superior. El estudio se basa en las discusiones teóricas de autores nacionales e internacionales como Antunes (2009-2023); Srnicek (2017), Van Doorn (2019-2021); que investigan sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza superior. Infoproletarios; Uberización del Trabajo.

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha
O trabalho uberizado é essa combinação esdrúxula entre autoincremento tecnológico e recuperação de formas pretéritas – as mais aviltantes – de exploração do trabalho.

Ricardo Antunes

Introdução

O nosso tempo realmente não é para amadores, vivemos dias de intensa precarização do trabalho, em todos os âmbitos, imersos na chamada era da acumulação flexível, como referido por Antunes (2021), com o desenvolvimento das formas de administração neoliberal da extorsão de mais-valor, apoiadas num movimento contínuo de reestruturação produtiva. Tais modalidades de controle da força de trabalho são dotadas de forte caráter estranhado, manobradas em instâncias situadas cada vez menos transparentes e inacessíveis à força de trabalho viva. Esse conjunto de relações sociais de controle do capital sobre o trabalho, desenvolve os aspectos mais gravosos e contraditórios do próprio capital como forma social de produção. Dentre tantos aspectos nefastos, podem ser mencionados um monumental desemprego crônico, a tendência à precarização progressiva do trabalho, em seus aspectos operatórios e societários e um agravamento crescente da degradação ambiental. Esses fenômenos, longe de se constituírem em simples anomalias ou acidentes, realizam os termos contraditórios pelos quais transcorre a relação metabólica entre o homem e a natureza, impulsionada por uma lógica social orientada para a produção, que está causando destruição ambiental generalizada numa escala global. Diante da realidade social, na qual contingentes consideráveis estão relegados quase que permanentemente à informalidade, há um crescimento exponencial no número de trabalhadores que aderem a regimes contratuais flexíveis, muitas vezes explorados, sem garantias trabalhistas e submetidos a longas jornadas de trabalho. Em tal cenário social, sob a mediação das tecnologias consubstanciadas em aplicativos de “serviços”, a procura por um emprego a mais que possa ajudar no sustento da família, leva ao surgimento em massa de motoristas de aplicativo, representando um fenômeno sócio econômico chamado genericamente de “uberização”⁵.

A precarização do trabalho, intensificada pela flexibilização das leis trabalhistas, tem se manifestado de diversas formas, sendo o trabalho por aplicativos, como o Uber, um dos exemplos mais emblemáticos. Esse modelo, que se propaga rapidamente pelo Brasil, cria a ilusão de um novo tipo de empreendedorismo, no qual o trabalhador é responsável por todos os aspectos do seu trabalho,

⁵ O termo “uberização” é uma derivação do nome da plataforma de transportes Uber e se refere a um processo em que as relações de trabalho se individualizam e se tornam invisíveis, com o assalariamento e a exploração cada vez mais encobertos.

desde a aquisição do veículo até a prestação do serviço. No entanto, essa autonomia é aparente, pois os trabalhadores estão sujeitos a um controle rigoroso por parte das plataformas, que determinam as condições de trabalho, os preços dos serviços e até mesmo a avaliação dos usuários. Segundo Silva (2019), essa modalidade de trabalho representa uma nova forma de exploração, na qual as empresas transferem os custos e riscos para os trabalhadores, retirando deles as mínimas garantias trabalhistas e consolidando uma relação de subordinação disfarçada. A ausência de um horário fixo, a liberdade para escolher os horários de trabalho e a negação do vínculo empregatício são apenas algumas das estratégias utilizadas para ocultar essa relação de dependência.

No campo da educação, tendência semelhante pode ser observada conquanto apresentando evidentemente certos traços próprios. No campo da atuação docente, a tendência geral acima delineada se realiza, em certa medida, nas modalidades de trabalho remoto. Frequentemente apresentada como espécie de uma polidocência esse tipo de atividade docente, de acordo com Mill (2014), os docentes sofrem uma subtração indevida de sua carga horária e, conseqüentemente, de sua remuneração, apesar do aumento da demanda de tempo para a preparação das aulas online.

Em seu trabalho, Silva (2019) ilustra que, enquanto em uma sala de aula convencional a relação professor-aluno é de aproximadamente 40 para 1, em uma plataforma online essa proporção pode chegar a 400 alunos para um professor. Caso essa forma de organização do trabalho prospere, um professor, em sua casa, pode atender 400 alunos online. A própria plataforma monitora o tempo gasto pelo professor e gera a base de sua remuneração. Silva (2019) destaca a necessidade de enfrentar o fato de que a maioria dos docentes não possui especialização no uso de tecnologias e que as instituições de ensino muitas vezes não dispõem do aparato tecnológico necessário, precarizando ainda mais o trabalho docente. Ainda de acordo de Silva (2019), a autora alerta para a tendência de "uberização" do trabalho docente, onde o trabalho intermitente e o monitoramento são combinados, utilizando sistemas de reputação como mecanismos de controle mais rígidos para estilos disciplinares centralizados. Na economia do compartilhamento, há uma relação direta entre fornecedores de serviço e consumidores, substituindo as regras de proteção do consumidor por algoritmos e sistemas de classificação. Tal como na Uber, onde o sistema de reputação dos motoristas é central para o controle, um sistema semelhante poderia ser aplicado ao trabalho docente. Podemos imaginar, em um futuro próximo, os professores avaliados por essas plataformas, e, dependendo do resultado de seu desempenho, podendo permanecer ou não como candidatos ao trabalho, conforme conclui Silva. À medida que não é mais necessário contratar o trabalhador como empregado e nem investir na maioria dos meios físicos que constituem o capital constante, o mais-valor apropriado pelo capitalista se torna

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha maximizado em um patamar inimaginável para as empresas tradicionais. Isso revela um imperativo para que outras empresas adotem modelos semelhantes de estruturação de seus negócios Srnicek (2017). Nessas dimensões aqui elencadas, da qual fazemos projeções para o futuro, mas que já são realidade em vários contextos sociais, vemos nascer os novos atores do universo da precarização e da uberização do trabalho, a força de trabalho digital, composta por “infoproletários” como motoristas de aplicativos, operadores de telemarketing e técnicos de software, é cada vez mais dependente de plataformas digitais e algoritmos. É o trabalhador cuja performance está intrinsecamente ligada ao uso de tecnologias digitais, como computadores e dispositivos móveis, de acordo com Antunes (2022). Nesse universo as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), a expansão dos aplicativos desenvolve e dinamiza de modo exponencial o infoproletariado ou ciberproletariado (Antunes & Braga 2009). Entra em cena o chamado “capitalismo flexível” (Sennet, 2009) que está diretamente relacionado à imposição feita aos trabalhadores para que sejam rápidos, com regras cada vez mais fluidas, sem um arcabouço normativo sólido. O que pode levar a comportamentos oportunistas e antiéticos, comprometendo a confiança nas relações profissionais e proporcionando uma tempestade perfeita: a da precarização do Trabalho Docente e do Desemprego em massa.

A Tempestade perfeita: Precarização do Trabalho Docente e Desemprego em massa.

A tempestade perfeita está se formando sobre o horizonte do trabalho docente, ou já se formou envolvendo não apenas a precarização crescente dessa profissão vital, mas também o espectro assustador do desemprego em massa. Este cenário sombrio é o resultado de uma interseção complexa de fatores econômicos, sociais e políticos que estão minando a estabilidade e o valor do trabalho dos docentes em todo o mundo. A precarização do trabalho docente é um fenômeno que tem ganhado terreno nos últimos anos, com contratos temporários substituindo cada vez mais os empregos estáveis e seguros. Os educadores enfrentam condições de trabalho desafiadoras, salários baixos, falta de benefícios e uma carga horária que muitas vezes ultrapassa o razoável. Essa precariedade não apenas compromete a qualidade da educação oferecida, mas também tem um impacto devastador na saúde física e mental dos professores. Além disso, a revolução tecnológica está redefinindo o cenário educacional, com a automação e a inteligência artificial ameaçando substituir certas funções desempenhadas pelos professores. Enquanto isso, a pandemia de COVID-19 acelerou a adoção da modalidade de ensino à distância, introduzindo uma nova camada de incerteza sobre o futuro do ensino presencial e, consequentemente, sobre o emprego dos professores. Paralelamente, o

desemprego em massa assombra a sociedade, com a automação e a globalização eliminando postos de trabalho em setores tradicionais e emergentes. A crise econômica resultante da pandemia apenas agravou essa situação, deixando milhares de pessoas desempregadas e condenadas à sua própria sorte. Nesse contexto, os professores se encontram em uma encruzilhada perigosa. Eles são confrontados com a perspectiva de perder seus empregos devido à automação e à redução de custos nas instituições educacionais, ao mesmo tempo em que enfrentam uma crescente precarização das condições de trabalho para aqueles que permanecem empregados. Antunes (2020) destaca que o sistema político econômico hegemônico hoje, só consegue se expandir destruindo, ou seja, acumula mais capital à medida que destrói a natureza de um modo irreversível ao mesmo tempo que expulsa do mundo do trabalho uma massa imensa de trabalhadores e trabalhadoras em escala global. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos *arquitetos* com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior *arquiteto* da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua *mente* antes de construí-la com a cera. (Marx, 2013, p. 255-256, grifos nossos).

Dal Rosso (2017) destaca uma forte tendência, em nosso século, de tomar a flexibilidade como reação à jornada fixa ou rígida do trabalho. O papel do Estado, nesse panorama, é o mínimo quanto às necessidades de bem-estar social, potencializando a sua atuação em favor do mercado. Desta forma, o trabalho, em seu formato flexibilizado, possibilita a adaptação às exigências dos negócios do capital nos horários certos, nas horas exatas, *just-in-time*, ou seja, no justo tempo da demanda. Configura-se, portanto, que uma significativa parcela dos trabalhos em horários flexibilizados, mais curtos e não regulares, acarreta remunerações menores, condições de trabalho escassas, perspectivas mínimas de carreira profissional, bem como frágil garantia de saúde e educação. Nos países reconhecidamente periféricos, como é o caso brasileiro, essa tendência flexível fragiliza mais o trabalhador, pois não experimentou garantias próprias do modelo salarial com direitos associados de forma destacada à estabilidade, em que a jornada fixa assume relevo (Dal Rosso, 2017).

Cenário da Precarização e Uberização do Trabalho Docente no Brasil

O Cenário da Precarização do Trabalho Docente no Brasil está cada vez mais presente na vida dos docentes no Brasil, com um batalhão de mão de obra a sua disposição que é de certa forma inerente ao sistema capitalista, sob o disfarce de um discurso modernizador e potencialmente criador de emprego, da qual as instituições várias vezes utilizam para justificar o cenário caótico do mercado

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha de trabalho docente, da qual a precarização do trabalho no setor privado se intensifica, ao passo que o setor público busca justificativas frágeis para os constantes ataques aos seus orçamentos.

Segundo Antunes (2022) “o Brasil caminha tragicamente para o quadro de indigência que tipifica a Índia, e não é por acaso. Tanto lá na Índia como aqui, há uma burguesia riquíssima, que não tem limites em se expandir. Basta dizer que os cinco maiores e mais ricos empresários brasileiros recebem uma renda que se aproxima àquela que é produzida por 100 milhões de pessoas no mesmo país. É esse nível de tragédia social que nós não podemos aceitar.”

A Reforma trabalhista feita no ano de 2017 pelo governo ultraliberal do então presidente Michel Temer contribuiu bastante para agravar a Precarização e a flexibilização do trabalho no Brasil, reforma essa que introduziu modificações significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Chahad (2017), assinala que a reforma de 2017 contemplou mudanças relativas a diversos itens, a saber: 1) contrato de trabalho; 2) negociações coletivas e organização sindical; 3) novos tipos de trabalho; e 4) justiça do trabalho. Desenhando um panorama sintetizado da reforma, evidencia-se o fato de que a reforma operou várias mudanças no campo do contrato de trabalho. Como um efeito ideológico, inclusive se apresentando como “uma ampliação da possibilidade” de vínculos, por exemplo, de os trabalhadores, individualmente, negociarem dispositivos diretamente com os empregadores. No entanto, em sua essência, tais mudanças legais implicam, antes, a perda de espaço para a negociação mediada pelo sindicato, algo que reforça pulverização de situações ou vínculos contratuais, o que Krein (2018) chama de “despadronização da jornada de trabalho”. Na verdade, sofremos uma reforma trabalhista que mirou na informalidade e a trouxe para dentro do trabalho formal. Neste contexto, a precarização e a uberização do trabalho docente têm se tornado cada vez mais presentes no Brasil, resultado de mudanças na economia e no universo do trabalho.

Esses fenômenos impactam diretamente a vida dos professores, que têm enfrentado desafios crescentes em suas carreiras e no seu ambiente de trabalho. A precarização do trabalho docente é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas juntamente com a reforma trabalhista, com uma redução crescente de investimentos em educação e efetivação de políticas de precarização do trabalho docente. Essa situação tem sido agravada pelo crescente uberização do trabalho docente, resultado do uso cada vez maior de tecnologias digitais e plataformas online de ensino. A uberização do trabalho docente é um fenômeno complexo que tem sido pouco estudado, mas que já apresenta desafios significativos para os professores que trabalham em plataformas online. Srnicek (2017) denominou capitalismo de plataforma, o processo contemporâneo de acumulação financeira que supõe novos

modelos de negócio nos quais os algoritmos e os dados, controlados e extraídos das redes telemáticas plataformizadas, têm papel preponderante.

As plataformas online de ensino, muitas vezes, promovem a flexibilidade do trabalho, permitindo que os professores trabalhem em horários e lugares diferentes. No entanto, isso pode levar a uma intensificação do trabalho, uma vez que os professores podem acabar trabalhando mais horas do que o necessário para manter seus contratos. Como reforça Van Doorn (2019), o trabalho de plataforma é, portanto, essencialmente, trabalho de produção de dados e treinamento de algoritmos. Isso é o que o torna tão valioso, apesar de ser também trabalho desvalorizado e explorado, como muitos outros serviços de baixa renda no passado e no presente. Por isso, o trabalho de plataforma é uma dimensão-chave do capitalismo de plataforma financeirizado: sem pessoas fornecendo todos os tipos de serviços de dados que sustenta não só outras pessoas, mas também máquinas (produção de IA), não haveria capacidade de arrecadar tanto capital de risco e outras formas de investimentos financeiros.

Perante esse cenário, é importante que sejam desenvolvidas políticas públicas que garantam os direitos dos professores, protegendo-os dos efeitos da *plataformização*, da precarização e da uberização do trabalho. Isso inclui medidas como a regulamentação do trabalho em plataformas online, a garantia de benefícios trabalhistas e de proteção social, e a promoção de políticas de valorização da carreira docente. Em suma, a precarização e a uberização do trabalho docente são fenômenos que merecem atenção e estudo aprofundado. É de suma importância que sejam implementadas políticas que garantam a proteção dos direitos dos professores e a qualidade do ensino, perante a esse contexto de mudanças profundas na economia e no mundo do trabalho.

Nesse universo de precarização, Antunes (2020) reforça que o trabalho uberizado – e isso em si já é trágico – não se restringe só aos trabalhadores que trabalham em plataformas como *Uber* ou *iFood*. Há hoje plataformas de diversas modalidades de trabalho: médicos, engenheiros, empregadas domésticas, jornalistas, professores. Todos os trabalhadores desse amplo campo dos serviços tendem a se converter em trabalhadores Uberizados. A aprovação da reforma trabalhista pela figura tenebrosa do ex-presidente Michel Temer, ao defender e aprovar o trabalho intermitente, foi a porta de entrada que os capitais precisavam para criar essa modalidade nova que ele denomina com a “escravidão digital”. Um exemplo prático da resistência ao processo de precarização do trabalho na era digital, segundo Antunes (2021) “é iniciarmos a construção de um novo tempo, é a consciência de classe que é algo que articula elementos objetivos e subjetivos. Por exemplo: a “uberização” do trabalho leva à fragmentação, à intensificação do trabalho, à exploração, à individualização, mas, num dado

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha momento, esse processo, essa intensidade, esse ritmo e essa superexploração do trabalho acabam gerando formas de solidariedade, de sociabilidade, que resultaram, na primeira paralisação global da Uber chamada “*Uber Off*”⁶, no qual através das redes sociais, principalmente no *Facebook*, *Youtube* e *Whatsapp*, os trabalhadores se organizaram pedindo união e adesão à paralisação, batizada de “*Uber Off*”. No Brasil, os motoristas orientavam que seus colegas desligassem os aplicativos por 24 horas.

Diante desse cenário apocalíptico resistir é necessário, construir caminhos e alternativas para a organização da classe trabalhadora e em especial a classe docente é a máxima para fazer cotidianamente o enfrentamento a desconstrução do trabalho pela retirada de direitos, ou seja, de conquistas realizadas em séculos de lutas de trabalhadores e trabalhadoras as custas do seu próprio sangue, quando não das suas próprias vidas. Nada disso é simples de entender e criticar, e torna-se ainda mais desafiador no momento em que vivemos.

Cenário da Precarização e Uberização do Trabalho Docente no Espanha

O sistema de seleção para cargos de ensino permanente em escolas públicas na Espanha, tanto no ensino primário quanto no secundário, frequentemente gera circunstâncias desafiadoras que podem moldar as subjetividades pessoais e profissionais dos professores e suas práticas pedagógicas. Para participar com sucesso do processo de seleção, os professores são compelidos a adaptar seus perfis profissionais aos requisitos do sistema educacional e muitas vezes a modificar seus objetivos pessoais e/ou profissionais (González-Calvo, 2020). O processo de acesso à função coloca os professores sob muita pressão, tendo que estudar programas de ensino, em muitos casos desatualizados, que não garantem que poderão trabalhar no próximo ano letivo. Este sistema de seleção, que ocorre a cada dois anos, é regido pela Lei Orgânica 8/2013, de 9 de dezembro, para melhorar a qualidade da educação. O processo de seleção compreende duas áreas principais:

(a) Conhecimento da área de estudo, para a qual os candidatos realizam um exame escrito, um exame prático e elaboram um programa de intervenção educacional; e, (b) A área pedagógica, para a qual os candidatos apresentam um programa didático e uma unidade a um comitê de cinco professores que atualmente ocupam cargos permanentes no sistema escolar público. Juntos, esses itens representam 60% da pontuação total possível, enquanto os 40% restantes são calculados de acordo com os anos de experiência docente. Os candidatos bem-sucedidos devem realizar um período de estágio durante

⁶ Em 08 de maio de 2019, motoristas da Uber de pelo menos quatro país – Austrália, Brasil, Estados Unidos e Reino Unido – prometeram desligar os aplicativos por até 12 horas.

um ano letivo antes de obterem um cargo de ensino permanente (González-Calvo, 2020). Candidatos não selecionados podem obter uma posição temporária em escolas estaduais, com duração de 15 dias a um ano letivo (González-Calvo, 2020).

No que se refere ao ensino universitário, na Espanha, o capitalismo e o neoliberalismo são os eixos estruturantes das leis educacionais que, há anos, vêm sucedendo-se (e.g. González-Calvo, 2020; González-Calvo & Arias-Carballal, 2018). As políticas educacionais do ensino superior, assim como ocorre em outros países, levam a uma mutação da exploração por parte do empregador para uma autoexploração autônoma e voluntária por parte do trabalhador, neste caso, o professor universitário. Assim, o professor que busca um espaço no sistema e deseja desenvolver uma carreira profissional dentro da universidade acaba por se tornar um animal laborans, verdugo e vítima de si mesmo; essa autoexploração é mais eficiente que a exploração externa, pois carrega em si a ideia de liberdade (Han, 2015, 2018). Sob a influência dos discursos neoliberais, os indivíduos podem estar convencidos de que estão moldando suas próprias condições de vida; no entanto, isso é o resultado de uma técnica dissimulada usada para governar os indivíduos, persuadindo-os a dar sentido às suas vidas como se fossem o resultado de suas próprias escolhas (Han, 2018).

O sistema seletivo do corpo docente universitário, enquadrado por esses preceitos neoliberais, exalta o interesse próprio, a competitividade, o sucesso acima de tudo e, em algumas ocasiões, práticas pouco éticas (González-Calvo & Arias-Carballal, 2018). Pretende-se que a pessoa se submeta internamente, que trabalhe continuamente com o objetivo de aumentar sua produtividade, alcançando uma melhoria constante de si mesma (Han, 2018; Laval & Dardot, 2018). Assim, o sistema seletivo está em condições de integrar o corpo docente a um grupo mais flexível, dinâmico e precário, que adota diferentes nomes e formas contratuais antes de obter uma titularidade como professor universitário, o que resulta em uma contínua contratualização do profissional (desde as bolsas de pesquisa, passando pela figura mais precária de professor associado, professor auxiliar doutor, professor contratado doutor em suas várias formas etc.).

A contínua renovação da relação de trabalho entre empregado e universidade (Chomsky, 2013) cria as condições necessárias para dotar o sistema de maior flexibilidade, eficiência e rentabilidade, à custa das condições pessoais e profissionais do corpo docente. Não por acaso, a pressão interna a que estão submetidos pode levá-los a desenvolver traços autodestrutivos, falta de confiança em suas próprias capacidades e sentimentos de incompetência. Forçados a apresentar resultados, de certo modo, sufocam a si mesmos, desenvolvendo medos de ficar à margem, de errar, de falhar, de não atender às suas próprias exigências (Han, 2018).

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha

Os riscos são características pervasivas de nossas próprias ações; eles estão presentes em todas as situações e podem ser reduzidos, mas nunca completamente extintos (Bauman, 2013). Beck (1992) descreveu pela primeira vez a "sociedade de risco" como uma condição estrutural inescapável da industrialização avançada envolvendo uma política, ética e moralidade ocultas. No entanto, as incertezas atuais são 'fabricadas'; ou seja, são criadas pelo avanço do desenvolvimento humano, particularmente pelo avanço da ciência e tecnologia (Giddens, 1999). Dessa forma, a incerteza é considerada como uma forma de vida, e talvez a única forma de vida disponível hoje; não é algo para 'reparar', mas sim algo que 'criamos' (Bauman, 2013). "A insegurança gera mais insegurança; a insegurança se perpetua por si mesma" (Bauman, 2013, p. 180). O constante estado de insegurança pode nos levar a viver em condições precárias. Standing (2011) define o 'precariado' como uma nova classe trabalhadora cujo trabalho é ditado pelo aumento da flexibilidade do mercado de trabalho e insegurança, levando a 'uma existência precária, de viver no presente, sem uma identidade segura ou senso de desenvolvimento alcançado através do trabalho ou estilo de vida' (p. 16). Essa precariedade é politicamente, socialmente e economicamente ameaçadora, pois gera raiva, ansiedade e alienação (Han, 2018; Standing, 2011). Isso é perfeitamente transferível para o campo do ensino, onde os professores têm que esperar muitos anos para poderem exercer sua atividade profissional com certa estabilidade.

O neoliberalismo fomenta uma crença desenfreada nos valores de mercado, individualismo radical e competição desenfreada, desencorajando assim noções de público, solidariedade e cuidado com os outros (Giroux, 2014). No mundo neoliberal, o eu ágil e comercializável é valorizado e estimado, pois pode incorporar os desejos corporativos e ser capturado pelo discurso neoliberal (Gillies, 2011). A condição necessária de "agilidade", como precursora do sucesso no mundo neoliberal, ecoa o que Bauman (2000) denominou "liquidez", como uma forma de caracterizar a relação que os indivíduos têm com a sociedade hoje. Nossas subjetividades estão em contínua mudança e, como fluidos, não permanecemos em nenhuma forma por muito tempo e precisamos estar constantemente prontos (e propensos) para mudar (Bauman, 2000). Os líquidos - neste caso, professores substitutos na Espanha, ocupam espaços (por exemplo, escolas), mas apenas momentaneamente. Ao contrário dos sólidos, os líquidos não são facilmente interrompidos; eles viajam facilmente e contornam alguns obstáculos enquanto dissolvem outros (Bauman, 2000), e se adaptam a diferentes contextos e situações. Nenhuma forma emergente, como a de um professor permanente, é provável que se solidifique e sobreviva por muito tempo (Bauman, 2013). É importante lembrar, neste ponto, que o abandono pelo estado de suas responsabilidades pelo bem-estar e pelo

bem-estar de sua população, particularmente daqueles que vivem na precariedade (por exemplo, professores substitutos), é um dos efeitos vergonhosos das práticas neoliberais no governo (Judt, 2010).

Considerações finais

O nosso estudo bibliográfico reforça que a precariedade no trabalho está presente nas instituições de ensino superior, bem como no Brasil e na Espanha; se tornando fonte de insegurança, fragilidade e dependência e adquire diferentes contornos tanto no Brasil como na Espanha. A precarização do trabalho docente significa o emprego cada vez mais acelerado de velhas e novas formas de extração de mais valia absoluta e relativa, tais como a extensão da jornada de trabalho, a flexibilização dos contratos, a terceirização, dentre outras. Nesse contexto é possível entender o que está por trás da precarização do trabalho, que coloca os professores diante de um novo tempo e com novos desafios, como uma baixa valorização ou desvalorização real dos professores em todos sentidos, a educação caminhando a passos largos no sentido da privatização ou, mais que isso, da construção de um ideário social e político no qual o sentido de “público” e de “educação como direito” sofre um processo de esvaziamento, sendo substituído por uma nova concepção de educação, sendo mola propulsora para o desenvolvimento econômico (Estevão 2019). É hora de enfrentar esses desafios e lutar por um Ensino Superior onde o trabalho docente seja valorizado e as condições de trabalho sejam dignas. Buscar o fortalecimento de coletivos de trabalho, dialogando com os pares em atividade, construindo estratégias de enfrentamento à supressão do poder de agir do trabalhador é o caminho a seguir. Nada é absolutamente previsível e, se não conta com uma rede de apoio forte e articulada, o trabalhador fica fragilizado e a dimensão processual do trabalho se torna invisível e invisível (Schwartz, 2004). Antunes (2021) cita que um dos caminhos para iniciarmos a construção de um novo tempo é a consciência de classe que é algo que articula elementos objetivos e subjetivos. É preciso que os professores no ensino superior se oponham contra toda e qualquer forma de colonialismo, especialmente o que paira sobre nossas mentes, que tentam retirar de nós o brilho das conquistas duramente alcançadas ao longo do tempo.

Referências

ALVES, Antônio José Lopes. **Processo de trabalho como processo de valorização: Determinação categorial particular em O Capital**. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/trans/a/DYZmNgqnR4RD4fBwh3t8MhL/?lang=pt&format%20=pdf>
Acesso: 14 mar. 2023

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **A expansão do trabalho uberizado nos levará à escravidão digital**. Entrevista especial com Ricardo Antunes. Instituto Humanitas Unisinos, 11 nov. 2020a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/604533-a-expansao-do-trabalho-uberizado-nos-levara-a-escravidao-digital-entrevista-especial-com-ricardo-antunes> Acesso em: 12 nov. 2023.

ANTUNES, R. (2023). **Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?** *Análise Social*, 58(248), 512–532. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33535>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CASTILLO, Juan José. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: análise dos programadores de software. In: ANTUNES, R. e BRAGA, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAHAD, J. P. Z. (2017). **Reforma trabalhista de 2017**: principais alterações no Contrato de Trabalho. Informações Fipe.

CHAHAD, J. P. Z. (2018). **Reforma trabalhista de 2017**: mudanças nas negociações coletivas e na organização sindical. Informações Fipe.

CHOMSKY, N. (2013). **El trabajo académico, el asalto neoliberal a las universidades y cómo debería ser la educación superior**. *Bajo el Volcán*, 13(21), 121-134.

DAL ROSSO, Sadi. **A intensificação do trabalho**: Teoria e Método. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (org.). **Condições de Trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade, os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOORN, Niels van. **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas** / Alessandro Delfanti ... [et al.]; organização Rafael Grohmann. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2022/05/uberizacao_ludmilaabilio.pdf. Acesso: 15 de nov. 2023.

DOORN, Niels van. **O trabalho de plataforma é trabalho de minorias**. [Entrevista cedida a Digilabour] Nome do entrevistador. Portal Digilabour, maio. 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/pt/niels-van-doorn-trabalho-de-plataforma/>. Acesso em: 27 out. 2024.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GONZÁLEZ-CALVO, G. (2020). **Riesgos, entusiasmos e incertidumbres en torno a la carrera**

profesional universitaria: el nudo gordiano de la investigación en España. *Márgenes Revista de Educación de la Universidad de Málaga*. <https://doi.org/10.24310/mgnmar.v1i1.6797>

GONZÁLEZ-CALVO, G., & ARIAS-CARBALLAL, M. (2018). **Effects from audit culture and neoliberalism on university teaching: an autoethnographic perspective.** *Ethnography and Education*, 13(4), 413-427. <https://doi.org/10.1080/17457823.2017.1347885>

HAN, B. C. (2015). *The burnout society*. Stanford Briefs.

HAN, B. C. (2018). *The expulsion of the other: Society, perception and communication today*. Polity Press.

KREIN, J. D., Abílio, L., Freitas, P., Borsai, P., & Cruz, R. (2018). **Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores.** In J. D. Krein, D. M. Gimenez, & A. L. Santos (Orgs.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Curt imuendajú.

KURZ, Robert (1992). **O Colapso da Modernização** (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial) (São Paulo: Paz e Terra).

Laval, C., & Dardot, P. (2018). *El ser neoliberal*. Gedisa.

LEME, A. C. R. P. Uber e o uso do marketing da economia colaborativa. In: LEME, A. C. R. P.; RODRIGUES, B. A.; CHAVES JUNIOR, J. E. R. **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017. p. 77-88.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOURA, L. R. de; MENDES SEGUNDO, M. das D.; AQUINO, C. A. B. de. **Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil**. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 67–85, 2022. DOI: 10.35699/2238-037X.2021.29404. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/29404>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MILL, Daniel. **Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia.** /Daniel Mill. — Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/HJPB-55Y9MT>.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017. Disponível em: <https://mudancatecnologicaedinamicacapitalista.files.wordpress.com/2019/02/platform-capitalism.pdf> Acesso: 21 de Novembro 2023.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil** / Maria Emília Pereira da Silva, 2009. 181 f. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/14803> . Acesso: 21 fevereiro. 2023

Precarização do trabalho docente: um mau compartilhado entre Brasil e Espanha

SILVA, Amanda Moreira da. **A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI**. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38053> . Acesso: 13 mar. 2023.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, 204 p.

SCHWARTZ, Y. **Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial**. Trabalho, Educação e Saúde, 2(1), 33-55., disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/YpjWbCXw8WbWmNMcNyhwPPg/?lang=pt>. Acesso em 9 abr. 2024.

TEIXEIRA, I.A.C. **Tempos enredados: teias da condição professor**. 1998. 420f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9115>. Acesso: 19 mar. 2023.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 01/08/2024
Aprovado em: 12/02/2024